

**O Discurso Reinventado: A Viagem das Palavras pelos Mares
sem Lados. Do romance *Travessia por Imagem*, de Manuel Rui**

Luís Mascarenhas Gaivão

2012

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia

Universidade de Coimbra

O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de

Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC/ III, Nº 8, 2012

<http://cabodostabalhos/ces.uc.pt/n8/ensaios.php>

Resumo: O escritor Manuel Rui vem elaborando os novos textos numa mundividência pós-colonial. Editado em 2012 em Luanda, o romance *Travessia por Imagem* examina, em profundidade, as questões das fronteiras e da tradução cultural. Tudo se passa pelos mares do Sul, por onde se constituíram impérios míticos que transportaram consigo migrações violentas de escravatura e, igualmente, outros intercâmbios entre contextos culturais tão distintos. Foram as línguas (colonizadas e colonizadoras) os instrumentos de oralidades e escritas que em todos os locais, possibilitaram o resgate de culturas e tecnologias, apagados pela quase razia de um colonialismo semiperiférico. Reforçado sinteticamente no discurso do personagem-escritor angolano Zito, o autor procura o reencontro com os outros, pela ecologia dos saberes no exercício do eu, do tu e do nós, pelos mares, agora sem lados e em arco-íris, numa epistemologia do Sul.

Palavras-chave: colonialismo semiperiférico, sistemas intermédios de identidades, tradução, fronteira, transculturalidade.

1. Introdução

Os teóricos pós-coloniais partem dos movimentos anticolonialistas para refletirem sobre os fenómenos culturais que atravessaram os movimentos nacionalistas nas lutas pela libertação política.

Dado que essa libertação não trouxe, igualmente, e em geral, a libertação económica, não consentiu uma libertação completa, quer no próprio domínio político e, logo, nos domínios cultural e social.

O colonialismo moderno terá começado com o movimento expansionista dos “descobrimientos” portugueses do séc. XV, o início da globalização, embora apenas se tenha corporizado em organizações sistemáticas de exploração e domínio dos mares, terras, povos, comércio e riquezas, quando as grandes potências europeias seguiram

as peninsulares Espanha e Portugal e as suplantaram no domínio colonial, do séc. XVII em diante.

Após a Conferência de Berlim (1895), foram os Estados-Nação europeus e a emergente potência chamada Estados Unidos da América, todos erigidos em liberalismo, que entre si dividiram os lugares onde exerceriam as respetivas zonas de influência colonial, num mapa de forças diretamente relacionado com o potencial militar, naval e administrativo de cada um, que lhes permitisse a colonização efetiva das terras, recursos e gentes desse mundo, agora verdadeiramente colonizado e subalterno.

Com a catástrofe da Segunda Guerra Mundial, estes mesmos povos colonizados vão ascendendo à libertação política, fruto das lutas engendradas no insuportável sentimento de exploração política, económica, cultural e social com que viviam subjugados e marginalizados.

Após uma fase inicial de governação que, regra geral, foi tendencialmente marxista, enveredaram pelo sistema liberal, logo que o muro de Berlim foi derrubado e, com ele, a guerra fria.

Portugal, como país semiperiférico do sistema mundial, praticava o que Boaventura Sousa Santos caracteriza como um correspondente “colonialismo semiperiférico” ou “colonialismo subalterno” (Santos, 2001: 24), que não permitiu a criação das condições para a prática de um “neocolonialismo” como as outras nações europeias o realizaram.

Conhecida a história das guerras de libertação que conduziram as independências das ex-colónias e provocaram o regresso de Portugal às suas fronteiras originais, num percurso repleto de incertezas e fantasmas, um facto se tornou inquestionável: foi o mar a estrada de todas estas histórias de colonização e descolonização, foi ele que uniu e desuniu, foi ainda ele que possibilitou a este colonialismo português, tanto antecipatório como tardio, relativamente aos outros colonialismos, as condições para gerar, em Portugal como nas colónias, diz Boaventura de Sousa Santos, “sistemas intermédios de identidades” (2010: 211-255) que intervêm ativamente no nosso tempo pós-colonial, tanto no antigo império como nos agora

países independentes e antigas colónias, durante uma viagem que começou há mais de quinhentos anos.

Manuel Rui é o escritor angolano que mais afoitamente se lança por estes “sistemas intermédios de identidades” que o colonialismo português, apesar da violência intrínseca, permitiu, passados os momentos cruciais e cronológicos, biograficamente obrigatórios, das afirmações nacionalistas, da inscrição cultural e política e dos registos de identidades, que originaram continuidades pela tradução, a hibridação e pela transgressão das fronteiras.

Fá-lo, no meu ponto de vista, pela reinvenção dum discurso de grande sentido performativo e construtivista, olhando para um mundo pós-colonial, onde as fronteiras se colocam, num âmbito de paredes meias com a tradução.

É o que escreve Padilha:

[...] hoje, vê-se que os estudiosos das literaturas produzidas em África já se podem valer, com segurança, dos instrumentais críticos produzidos por africanos, instrumentais que se sustentam, de modo cada vez mais competente, em signos africanos. Tais signos expõem e desenvolvem outras formas de pensamento que, por um lado, enfatizam a diferença colonial e, por outro, revelam o investimento desses sujeitos do conhecimento em suas histórias locais. (Padilha, 2008: 58)

Dado que as fronteiras de que falamos são fluidas e deixaram de ter lados (foi assim que o mar as fez e desfez, na opinião do escritor Manuel Rui), inferem um tipo de hibridação natural, agora mais afastada das problematizações de nacionalismos carregados, como era hábito, na segunda metade do séc. XX.

Neste romance, Manuel Rui expande a sua imagem do mundo, agora atravessado num regresso sem lados, pelas palavras que navegam, soltas, nos mares, “nos sistemas intermédios de identidades”, a que dão relevo, na sua opinião, precisamente as ricas literaturas de línguas ibéricas, ou, como diz Padilha,

[...] passo a debruçar-me sobre alguns momentos da literatura angolana, tentando neles surpreender a força das cartografias identitárias que sustentam essa literatura, a sua própria necessidade simbólica de estabelecer novas negociações de sentido, sem o

apelo do exotismo e, de modo cada vez mais deliberado, sem essencialismos redutores. Os espaços e os tempos por essa literatura atravessados, e que se projetam pela fala de seus produtores, se sustentam no lugar liminar onde se cruzam várias memórias e diversas matrizes [...]. (Padilha, 2008: 59)

2. O mar: origem dos conceitos migratórios e da transculturalidade (nos mares e terras do Sul)

Os descobrimentos portugueses e toda a história da colonização moderna que se lhe seguiu realizou-se pelos mares e oceanos.

Se os descobrimentos resultaram da necessidade originária do facto de Portugal ser uma “terra de fronteira” (Ribeiro, 2004: 28), como Camões justificava “onde” a terra se acaba e o mar começa” (1992: 64), a construção dum império levou, juntamente com os acessórios náuticos, comerciais e militares, as pás e picaretas da língua portuguesa com que se poderiam cumprir os objetivos primordiais: espalhar a fé (lei de Deus), a posse da terra (lei jurídica), e fomentar os contactos comerciais (lei económica). Não era possível fazê-lo sem a cobertura cultural que acompanha a língua, estabelecida neste caso como poderosa e colonial, apetrechada com falas e com escrita, a língua portuguesa, em confronto com várias línguas, então apenas de oratura, dos povos de etnias variáveis nos territórios africanos, no caso, Angola.

Resultou, portanto, toda uma colonização cultural imposta, e algumas vezes mais ou menos tolerada, pelo menos por minorias urbanas miscigenadas ou cooptadas, ao longo dos tempos e reforçada após a citada Conferência de Berlim, durante o século XX.

Embora após a descolonização Portugal tenha reforçado, ainda mais, a incerteza do olhar sobre si mesmo, factos semelhantes já se haviam colocado quer aquando da perda da independência (1580) após a derrota de Alcácer Quibir, quer no momento da perda do Brasil pela independência desta colónia (1822), quer ainda, após o Ultimatum Inglês impedindo o sonho do mapa cor-de-rosa (1890) e, finalmente, com a referida descolonização das suas colónias, após 1974.

Estas crises de identidade tiveram o resultado de projetar Portugal para uma zona de desterritorialização situada simbolicamente nos vários territórios que

constituíam o império ultramarino (e imaginado ao centro), ao mesmo tempo que, passados os meados do séc. XVII, o reino se tornava periférico na Europa, ou como foi salientado, semiperiférico, segundo Boaventura Sousa Santos.

Camões, Vieira e, sobretudo, Fernando Pessoa, pelo heterónimo Álvaro de Campos, foi quem mais pensou esta questão e, escreve Ribeiro:

[...] caminhamos para o entendimento da proposta imperial pessoana, na sua totalidade, como a primeira subversão do império como imaginação do centro, no sentido até agora observado, ou seja, da recriação da imagem de Portugal como centro, através do seu império terrestre, como nesse tempo ideal cantado por Camões. (Ribeiro, 2004: 115)

E continua Ribeiro:

O centro deste império não seria já um centro territorializado, político e económico, à maneira das grandes metrópoles europeias, mas desterritorializado - «partes sem todo» - representado metaforicamente na nação portuguesa derramada no «mar sem fim» e encarnada pelo cosmopolitismo cultural do povo que «sabia estar num Sagres qualquer». (Ribeiro, 2004: 115)

Os intercâmbios culturais gerados neste império simbolicamente desterritorializado (ou sem espaços hegemónicos claramente definidos – uma ‘metrópole longínqua e fechada’), mas mesmo assim império, eram, naturalmente, desnivelados, dada a relação de poder entre colonizador/colonizado.

Surgiram, depois, os movimentos nacionalistas com os escritos que reclamavam atenção para a subalternização, para os problemas e dinâmicas locais e para as independências, finalmente.

A língua portuguesa permitiu, então, aos angolanos, a unidade na luta pela independência.

E se foi por mar que os colonizadores chegaram, foi, ainda, sobretudo, por mar que, em 1975 regressaram a Portugal os que não puderam/quiseram continuar em Angola. Mas a língua permaneceu, agora falada e já modificada pelas alterações

morfológicas, sintáticas e semânticas produzidas pelos contactos com as várias línguas bantu do país.

Ou seja, a língua portuguesa atravessou as fronteiras dos mares, aportou, traduziu-se para outras línguas, reincorporou-se de novos elementos e resultou em imagem renovada pela travessia, ao mesmo tempo que, em Angola, se refazia no caminho que tinha de ser, uma língua portuguesa carregada de “sotaque” angolano, enquanto a literatura angolana continuava a afirmar-se.

Guardemos a esperança de que igualmente venha a exprimir-se na força das outras línguas nacionais.

Manuel Rui, que é exímio criador deste português angolanizado, atravessa agora outros mares e regressos, na transculturação transformadora e performativa dum mundo composto de várias margens em tradução cultural permanente, como se pode observar neste Atlântico Sul, nos dois lados onde o romance se constrói.

Em *Travessia por Imagem*, iremos analisar estas viagens das palavras pelos mares que, agora, já sem lados, se oferecem como esperança de que o mais diverso afinal possa tornar-se o mais intensamente apreciado e desejado. A análise será feita relativamente ao discurso do personagem/escritor Zito, participante num congresso de escritores realizado em Gijón, Espanha e que consta do anexo inserido na parte final deste texto.

Então, Zito começa por afirmar que os homens vivem em grande isolamento: as cidades do mundo atual são formadas por territórios-ilhas cercados por betão armado, onde, por quase completa ausência de fronteiras, não se enxerga o mar. Este é o mar-via de migração de linguagens por onde as mensagens e os discursos deveriam circular, não fossem essas ilhas territórios de intolerância e de silenciamento – os novos espaços coloniais do pensamento pós-abissal, para utilizar imagens de Boaventura Sousa Santos (2009).

Os continentes e as penínsulas são, como as cidades, lugares de autismo e fechamento de novos horizontes, na linha dos interesses do capitalismo e imperialismos donde se torna muito difícil sair.

Boaventura de Sousa Santos chama-lhe *fascismo do apartheid social*:

Noutro lugar distingui cinco formas de fascismo social.¹ Aqui, refiro-me a três delas, as que mais claramente reflectem a pressão da lógica de apropriação/violência sobre a lógica da regulação/emancipação. A primeira forma é o fascismo do apartheid social. Trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens urbanas são as zonas do estado de natureza hobbesiano, zonas de guerra civil interna como em muitas megacidades em todo o Sul global. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem sob a constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem, transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados, *gated communities*, como mencionei acima. A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemónico que atravessa todas as relações sociais, económicas, políticas e culturais e que, por isso, é comum à acção estatal e à acção não-estatal. (Santos, 2009: 37)

Como vemos, Manuel Rui descreve romanescamente o que Boaventura confirma em proposição científica, aplicada a esta pós-colonialidade complexa.

Para o escritor angolano, apenas as palavras e o discurso por elas transportado, tomam a fisionomia do mar, simbolicamente abertura de fronteiras para novos territórios.

Torna-se, então, vital a estrada do mar (mar de palavras) para se realizarem as negociações políticas e culturais e a troca de saberes e conhecimentos na fronteira para que nos possamos enriquecer pela tradução, transculturalidade e hibridação do diverso compósito.

E as palavras são para trocar conforme a maré vai e vem, não para se imporem, unívocas. “As palavras ocuparam sempre as marés da viagem dos idiomas, já que não se viaja sem falar para que exista eficácia num código de sinais para navegar” (Rui, 2012: 411) e as palavras devem ser reinventadas, interpretadas, alteradas, seguindo a comparação com o movimento das águas, das nascentes e dos destinos, palavras

¹ Ver Santos (2002a: 447-458) e (2006: 295-316).

adaptáveis aos tempos e aos espaços: “e as palavras parece que reinventam as pessoas a partir de um soletrar a idade dos ventos, reinvenção de foz e também reinvenção de nascente.” (Rui, 2012: 411).

Pelas palavras do autor se adivinha a consonância com a teoria da “sociologia das ausências” (Santos: 2002b), da reaprendizagem dos originais saberes do colonizado, expropriados durante a permanência do colonizador e que, mesmo assim, também acabam por provocar alterações culturais neste último.

Zito (Manuel Rui) localiza-se, na obra, numa fase de pós-colonialidade evidente, já que o que se denota no discurso não é o apagamento da história da colonização do Sul, África e América, mas sim a reabsorção psicológica e integração, agora perdoada, não esquecida, dos mil dramas por ela originados, a coberto dos aspetos mais criminosos da violência colonial, de como são exemplos o tráfico negreiro ou o silenciamento do colonizado.

Com isso, e com o necessário reler das histórias (na sua nascente e foz) e, sobretudo, da inscrição epocal dos factos (soletrar a idade dos ventos) se arquiteta um discurso de pós-colonialidade, com a reapropriação e resgate das tradições políticas, culturais e sociais possíveis (sociologia das ausências), dos dois lados da história, em convivência de mútuo olhar e, no caso, apaziguadora e, por vezes, até com tonalidade aprazível, uma distinção peculiar do colonialismo atlântico do Sul, em minha opinião.

Mas é sempre o mar quem transporta a palavra, em idioma português ou castelhano, ibérico: “Ibéria e idiomas, idiomas e viagens com gente no porão das naus. Grilhetas e sonhos com impressões digitais do mar, a travessia do Atlântico foi comum. Marinheiro e escravo. Escravo-marinheiro e marinheiro-escravo” (Rui, 2012: 410-411).

E o hibridismo cultural que espregueia a voz dos silêncios nos diversos espaços de enunciação de identidades, torna-se desejado e partilhado. Identidades diferenciadas, mas híbridas, sempre: “Tango, pachanga, salsa, batuques e semba angolano pai do samba brasileiro, guitarra e fado mulato” (Rui, 2012: 411).

Apenas, como lhe chama Ribeiro, “um império como imaginação do centro” (2004: 27) e desterritorializado com tão desmesurada e descontinuada extensão ultramarina nos quatro cantos do mundo, permitiria criar as condições para as

diversificadas formas de pensamento performativo, no sentido da construção pós-colonial de uma imagem-desejo dum mundo de tanta e tão desgarrada diferença e simultaneamente de satisfação pela riqueza do próprio hibridismo em si presente.

3. Istmos por detrás dos istmos e a aproximação a outros contextos culturais

Para Zito, “na receita de Península leva também bué de cimento armado” e o que pode salvá-la são os istmos “pedaços de canal artificial de mar” (sempre o mar) que a liga ao Continente “montanha de betão e cemitério de lixos, para transformação em hambúrgueres” (Rui, 2012: 410).

Na minha interpretação, o Continente (metáfora das superpotências coloniais) vive na dependência da imagem da sua intrínseca ideologia colonizadora, globalizada que pretende tudo normalizar e, também, atingir a Península. Esta só encontra uma saída nos canais de mar, as palavras que, no caminho de ida e volta se abrem, em tradução, a outras culturas e regressam já diferentes e mais ricas, tudo isto se passando no Sul.

Como escrevem Santos e Nunes “Só o que é diferente pode ser traduzido. Tornar mutuamente inteligível significa identificar o que une e é comum a entidades que estão separadas pelas suas diferenças recíprocas” (2004: 31).

E refere, igualmente, que uma teoria da tradução permite identificar o comum, sem fazer desaparecer as diferenças.

E se os istmos são salvadores, há, apontados por Zito, “outros istmos por detrás dos istmos: os contextos gastronómicos, os contextos musicais, as proximidades na distância ou saudade”.

Inserem-se estes istmos (e outros muitos) no que Boaventura Sousa Santos inclui na “sociologia das ausências” que, na sua teoria, tem a origem naquilo que apelida de “crítica da razão metonímica”.

“A razão metonímica é obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem. [...] A forma mais acabada de totalidade para a razão metonímica é a dicotomia, porque combina, do modo mais

elegante, a simetria com a hierarquia. A simetria entre as partes é sempre uma relação horizontal que oculta uma relação vertical. Isto é assim porque, ao contrário do que é proclamado pela razão metonímica, o todo é menos e não mais do que o conjunto das partes. Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm uma hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente; e assim por diante. (Santos, 2002b: 241-242)

É esta razão metonímica que conduz às principais formas sociais de não-existência, entre elas se encontrando o inferior, o local, o residual e o improdutivo, na teoria em questão.

Que fazer, então, para a recuperação destas invisibilidades da não-existência, istmos por detrás dos istmos, diria o escritor angolano Zito em *Travessia por Imagem*?

Bom, temos o recurso a Santos e à “sociologia das ausências”:

[...] não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular. [...] A primeira lógica, a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos, tem de ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão metonímica. [...] Os saberes não científicos são alternativos ao saber científico. (Santos, 2002b: 250)

Manuel Rui escreve, pois, numa procura constante e prazerosa, através da sociologia das ausências, de todos os vestígios (istmos) que religam territórios e culturas e pensamentos, nas fronteiras e no hibridismo, e de outra coisa não trata este seu último romance.

Os contextos culturais são a abertura pós-colonial, através da sociologia das ausências, por onde o mundo evolui.

4. As fronteiras sem limite da nossa transidentidade ou o reencontro com o outro

Zito declara que não há mitos, “há estas falas e escritas resultantes de línguas. Há literaturas em línguas ibéricas que correspondem a diversas identidades coletivas no tratamento do texto e ainda nas subtis, aparentemente submersas, partículas culturais afins” (Rui, 2012: 411).

Os mitos imperiais, mesmo dos “impérios como imaginação do centro”, são mitos, não têm realidade (embora acarretem consequências), construções fictícias, por vezes delirantes, com que se pretendia dominar o outro, o subalterno.

Ribeiro refere, seguindo o pensamento de Eduardo Lourenço, que o mito dum Estado:

[...] fechado sobre si, encerrado num misticismo nacionalista veiculado por um discurso político colonialista, desproporcionadamente grandioso em relação à realidade descrita, mas inerente à ficção em que se baseava, Portugal [perante a ideologia do Estado Novo] voltava a ser o centro do seu império e as suas relações com a Europa estabeleciam-se na medida em que elas o faziam preservar esse sonho imperial. (Ribeiro, 2004: 117)

Mas existem falas e escritas, literaturas em línguas ibéricas, numa pludiversidade de culturas que dizem respeito aos povos que foram sujeitos durante séculos aos mitos do colonialismo, aqui temos os casos dos colonialismos português e espanhol e, por essa via, foram silenciados, invisibilizados, esquecidos, explorados.

Mesmo assim, as respetivas culturas têm conseguido, com a utilização dos recursos anti-hegemónicos, nomeadamente pela sociologia das emergências, dar voz aos silêncios e colocar a falar as ausências, dando-lhe espaço de significação, através, sobretudo, das oraturas e literaturas dos países ex-colonizados.

Bakhtin (1981) não deixa de considerar que todo o enunciado é dialógico porque é social e a linguagem nunca abandona a dimensão híbrida que a constitui e Canclini (1990), como Grandis (1997) afirmam que todas as culturas vivem nas

fronteiras e a hibridação parece ser um traço inerente ao popular e ao folclórico, e com maior razão, nas culturas migrantes, como é o caso em *Travessia por Imagem*.

Através das migrações que a história forjou e que continuam na ordem do dia, surgiram múltiplas traduções culturais e, conseqüentemente, hibridações nas afinidades que as fronteiras culturais permearam e promoveram e hoje ocupam, também, um enorme espaço de visibilidade e de globalização anti-hegemónica: as literaturas do Sul, as músicas do Sul, as ciências do Sul, as gastronomias do Sul, o pensamento do Sul, o Sul, etc.

4.1 Subtis e aparentemente submersas partículas culturais de afinidades. A ecologia dos saberes tem a palavra contra o silêncio

Boaventura Sousa Santos pela Ecologia dos Saberes procura dar respostas à necessidade de recuperação dos ensinamentos e práticas subalternas que, escapando ao domínio científico ocidental, foram invisibilizados pelos processos do imperialismo e do colonialismo, fazendo parte da estratégia do Norte global para dominar o Sul colonizado.

Por esse processo, formas de pensamento diferentes, economias ecológicas naturais, construções religiosas distintas, noções e práticas agrícolas e comerciais ancestrais, noções de propriedade diversas e pluridiversidades jurídicas, todas produzidas por miríades de povos e culturas diferentes foram confrontadas com a força impositiva da hegemonia ocidental do Norte global, que tentou fazer tábua rasa do diferente, do desigual.

A tal fomos conduzidos a mando do neoliberalismo que, até ao momento, não só não apresenta solução alguma para o planeta, como desdenha dos saberes ancestrais referidos.

A “ecologia dos saberes” é regra de ouro na tentativa de recuperar e gerir os equilíbrios necessários para o prosseguimento da vida na Terra, da justiça cognitiva e da diversidade contra-hegemónica.

“As subtis e aparentemente submersas partículas culturais de afinidades”, teceram-se pelos encontros da história, entre as relações de periferia dum imaginário

império central que mais tinha era um puzzle de territórios ultramarinos, com as suas colónias localizadas no Sul, onde se projetava, e o outro império vizinho do primeiro, igualmente imaginário de centralidade, do outro lado do mar, localizado na América, mais pragmático nas relações coloniais e que antecipou o tempo de descolonização.

Estas subtis e aparentemente submersas partículas culturais de afinidades são, segundo Manuel Rui e igualmente o autor deste texto, o espólio mais valioso que resultou dum contencioso colonial de extrema violência (muitas vezes aparentemente submersa) que ainda preenche alguns espaços fantasmáticos, mas que, nos mais esclarecidos, serve como mote de construção positiva de pontes de diálogo.

4.2 Línguas viajando pela mestiçagem das culturas, em arco-íris e não a preto-e-branco

Às línguas ibéricas é inerente uma empatia afetiva que, segundo Zito “de um momento para o outro se encontra na anedota que parece pré-elaborada por todos nós. Até na rapidez do entendimento de subentendidos para rirmos alto e bom som”, (Rui, 2012: 411).

Daí a afinidade destes entretenimentos de cumplicidades que uma história embora desigual, comum, evitou que se perdessem, através do manifesto das oraturas e das literaturas com que cada um dos povos das nações ibero-afro-americanas demarca as suas culturas.

Cabe aqui, introduzir, dentro desta mestiçagem das culturas em arco-íris e não a preto-e-branco, o tema, porventura polémico para alguns, mas não para Manuel Rui, da lusofonia. O que traz esse conceito?

Sigo Eduardo Lourenço,

A lusofonia é uma “esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que conscientemente/ou inconscientemente, a ela se vincula”; mais, ela é “um continente imaterial disperso onde a língua se perpetuou essencialmente a mesma, para lhe chamarmos, ainda, portuguesa e outra na modulação que os

contactos com novas áreas linguísticas lhe imprimiu, ao longo dos séculos.” (Lourenço, 1999: 174)

Para além da idealização que cada um possa fazer relativamente às imagens e fantasmas que ela possa induzir à memória, nos espaços onde ela é praticada, há uma outra utopia, um sonho donde para todo o sempre sejam afastadas noções de univocidade e essencialismo neocolonialista.

Lourenço adverte que a realidade nos chama:

[...] o inocente tema da lusofonia é uma selva obscura ou voluntariamente obscurecida pela interferência ou coexistência nele de leituras, de intenções inconfessadas ou inconfessáveis, outras vezes bem explícitas, mas todas elas expressões de contextos, situações, mitologias culturais, de todo em todo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas. (Lourenço, 1999: 179)

Por isso alerta, igualmente, para os fantasmas que assimilam lusofonia à esfera lusíada.

Devemos, então, sonhar a lusofonia mas com os olhos bem abertos e sem ilusões, porque o mundo de hoje não consente ilusões.

Mas o que ressalta como mais fortemente positivo é o facto de que a língua portuguesa, herdeira do galaico-português, apenas e só se poder assumir como “centralidade nossa na esfera lusófona, pela sua essência genealógica, de carácter estritamente comunicacional, embora saibamos que uma língua partilhada é bem outra coisa que intercomunicação. É uma partilha de ser e de sentir” (Lourenço, 1999: 179).

Afastemos os fantasmas que assimilam a lusofonia à esfera lusíada, como único paradigma da sua exemplar perfeição original, tal como o faz Manuel Rui e tantos outros criativos, nos múltiplos locais por onde a língua se deslocalizou e consideremos que hoje, o importante, é pensar o discurso da sua variabilidade e reconstrução, em suma, um projeto da língua de múltiplas comunidades, se for esse o desejo de todos os que habitam a língua portuguesa.

Estas literaturas diversas revelam, a todo o momento, e por outro lado, as particularidades e diversidades que, insurgentes, dizem não à lei absoluta “da filosofia do mercado, globalização, e neoliberalismo e a outras perversidades” (Rui, 2012: 411).

Estas línguas e literaturas (e aqui incluo o mundo de língua castelhana), vieram provar “que foi, exatamente pela invenção de fronteiras que elas são o sem-limite da nossa trans-identidade” (Rui, 2012: 411), isto é, elas são o antídoto mais visceral contra a globalização estupidificante criticamente apontada pelo discernimento do pensamento abissal de Boaventura de Sousa Santos com as ferramentas das duas ecologias, a das ausências e a das emergências, pois é com a abertura e comunicação ao mundo e à diferença que se podem trazer à superfície conhecimentos e saberes, novas ordens jurídicas e ecológicas, que permitam que a natureza, a cultura e o homem sejam respeitados.

E estas literaturas em línguas ibéricas, na opinião do escritor/personagem Zito que participara já em encontros anteriores de escritores ibéricos (em Cuba e outros locais) só tem a dizer bem deste intercâmbio constante, porque as línguas viajam, agora, de modo outro, “essa mestiçagem de culturas numa caravela de regresso em que os embarcados já não são a branco e preto mas em arco-íris” (Rui, 2012: 412).

É que através do regresso às origens dos impérios coloniais, tornou-se possível, enfim, o reencontro consigo mesmos quer dos povos e culturas colonizados, quer dos povos e culturas ex-colonizadores, agora desejável e progressivamente libertados, pela torna-viagem, dos difíceis complexos de subalternização/hegemonia que haviam alimentado lá no longo, longínquo e ilegítimo descentramento das pátrias, onde haviam perdido a possibilidade de se auto refletirem com justeza.

Curioso, de verdade, é o facto de nesta “caravela de regresso” os passageiros já não serem, como outrora, vergonhosamente “a preto e branco”, mas serem passageiros em “arco-íris”, enriquecidos pelas traduções culturais que realizaram, pelas experiências de novos hibridismos, novos saberes e mentalidades, por entre as infinitas margens que a globalização hegemónica tentava impedir.

5. O lado de dentro do mar, se tem lado (dúvida), que não tem

E viagem da palavra é sempre bonita, mesmo no antigamente das velas de nau atlântica, a marinhagem que também não conhecia a liberdade, mais os outros que por mor das correntes não haviam merecimento de letras para lerem sobre aquela marinhagem. (Rui, 2012: 412)

Seguiam nas naus os marinheiros que também não conheciam a liberdade (gente pobre, condenados, judeus, deportados) e outros que, sendo escravos acorrentados, a nada tinham direito. Por certo que nas longas viagens se forjaram grandes pedaços da nossa comum língua, enquanto se passavam os tempos tempestuosos do percurso e a língua portuguesa, chegada ao Brasil e já misturada com as outras línguas africanas, muito se terá enriquecido.

A viagem da palavra é sempre bonita, pois é a palavra que vai ao encontro do outro para regressar, mais rica e alindada pelas conotações da mudança e do híbrido.

“E todos iam nessa maneira de conhecer o ledro luto do lado outro do mar em tanta dúvida que o mar tivesse lado” (Rui, 2012: 412).

Navegando com a tristeza a bordo e por oceanos de pesar pela desumanidade do navio negreiro, todos os passageiros, marinheiros e escravos ansiavam num sofrimento expectante, o avistamento de um porto, em dúvida tanta se haveria, e do que nele iriam encontrar, incerto presságio, mas, por certo, melhor que o presente.

E aquele mar não tinha mesmo lado. Lado não havia para quem era transportado de sua terra em África para ser escravizado no outro lado do mar.

Encontramo-nos no lado negro deste mar de escravidão, sem lados, por onde a língua circulou, obrigada em grilhetas mas também solta em gritos de liberdade e sentimento e até em guerras de libertação, transformando-se em ser e em sentir que, após mais de cinco séculos de emigração transnacional regressou a todos os lugares donde partira, miscigenada, diaspórica, híbrida, na construção coadjuvante das identidades dos povos e culturas, transposta pelos colonialismos e retornada através das lutas de libertação nacionais, no fim dos impérios.

Margarida Ribeiro afirma que Edward Said (1994) especialista na análise pós-colonial, faz a distinção entre os vários sistemas coloniais e imperiais, na sua reflexão

política e cultural e previne que não estudará os impérios português e o espanhol, “justificando a atitude pela especificidade e distinção destes impérios relativamente aos impérios britânico e francês (Ribeiro, 2003: 18)”.

De facto, os estudos pós-coloniais têm sido dirigidos em menor grau para esta especificidade imperial portuguesa, cujos resultados, no circunscrito aspeto literário da obra em estudo do escritor Manuel Rui, *Travessia por Imagem* aqui tem vindo a ser analisada, no que diz respeito ao discurso final do personagem escritor angolano Zito.

Boaventura de Sousa Santos nomeia, como já foi referido, Portugal como um país semiperiférico na Europa e no sistema mundo, a partir do século XVII, facto que estará na origem de um “colonialismo semiperiférico” ou “colonialismo subalterno” (Santos, 2001: 24), que impediu Portugal de praticar o neo-colonialismo que todos os sociólogos e historiadores pós-coloniais apontam às outras potências colonizadoras anglo-saxónicas e à França.

Devido a este tipo subalterno de colonialismo, a par com um imperialismo informal (com formas informais de soberania), descentrado e reencarnado em outros e vários tempos críticos da história de Portugal, como no mito do Sebastianismo ou no do Quinto Império de Vieira ou no mito pessoano do mar sem fim, Portugal chegou ao fim da sua descolonização exangue de energia vital.

Este facto terá sido parcialmente resolvido, na parte material e simbólica, por um retorno ao centro, desta vez ao convívio dos parceiros da Comunidade Europeia, numa Europa donde saíra no séc. XVII. No momento presente, dada a crise mundial, Portugal regressou, novamente à periferia europeia, e coloca-se a pergunta de se saber quando e como será o seu futuro. Mas trouxe consigo, neste regresso, alguns fantasmas imperiais, tal como outro tipos de fantasmas terão passado a morar nas mentalidades das novas nações independentes.

Quase quarenta anos volvidos, duas gerações depois, embora muitos desses fantasmas já tenham expirado o prazo de validade, as características diferenciadas desse colonialismo subalterno geraram o que Santos (2010) chama de “sistemas intermédios de inter-identidades” e prevalecem no nosso tempo lusófono pós-colonial, como se verá.

6. O discurso reinventado. O pleno exercício do eu, do tu e do nós nas palavras em viagem pelos mares sem lados

Segundo Santos (2010: 211-255) o colonialismo, a partir do séc. XVIII, passou a ser hegemonizado pela Inglaterra, o que provocou ao colonialismo português um problema de auto-representação: Portugal, potência colonizadora semiperiférica foi colonizado pela Inglaterra. Quais os efeitos que se repercutiram nos colonizados por Portugal? Uma dupla colonização? Uma subcolonização ou uma sobrecolonização?

Santos refere-se à especificidade deste colonialismo semiperiférico, que, para além de assentar no plano económico:

Manifestou-se igualmente nos planos social, político, jurídico, cultural, no plano das práticas quotidianas de convivência e de sobrevivência, de opressão e de resistência, de proximidade e de distância, no plano dos discursos e narrativas, no plano do senso comum e dos outros saberes, das emoções e dos afectos, dos sentimentos e ideologias. Cada um destes planos criou a sua materialidade própria, uma institucionalidade e uma lógica de desenvolvimento próprias, e estas retroagiram sobre a condição semiperiférica, conferindo-lhe a espessura sociológica que ela não teria enquanto referida apenas a uma posição no sistema mundial. Com isto, a semiperiferia deixou de ser o elo de uma hierarquia global para se tornar um modo de ser e estar na Europa e Além Mar. A captação desta realidade sociológica, psicológica, intersubjectiva, emocional e das escalas em que se cristalizou (local, nacional, global) está por fazer. (Santos, 2010: 215)

Outro facto digno de registo é que, dada a grande temporalidade da presença portuguesa em África (dois séculos antes da Inglaterra e outras potências e até à tardia descolonização de 1975) e dado que a verdadeira colonização e colonialismo só se efetivaram a partir da Conferência de Berlim (1885), a identidade dominante neste espaço-tempo do colonialismo português, não conseguiu o objetivo colonial hegemónico que é a negação total do colonizado, talvez porque este colonialismo periférico (Isaacman, 1979) chamava-lhe “Império informal”, um imperialismo sem

governo colonial específico) nem sequer saberia confrontar-se com as identidades subalternas, ele próprio subalterno.

Penso que Manuel Rui, nas suas obras mais recentes e nesta *Travessia por Imagem* de modo muito evidente, traça uma narrativa que, com naturalidade, se insere no recorte culturalista do pós-colonialismo português que, não pode deixar de induzir a diferença relativamente a outros, no espaço da língua oficial portuguesa.

Spivak escreve: “Trabalhar em prol do subalterno contemporâneo significa investir tempo e capacidades [...] para que o subalterno seja integrado na cidadania, independentemente do que esta signifique, desfazendo assim o espaço subalterno” (1996: 307).

Manuel Rui, como angolano e escritor, já não se encontra no espaço subalterno do inicial ponto de partida da sua obra, em que tão bem denunciou o colonialismo, e, a este propósito, cito Santos “a resistência pós-colonial reside sobretudo na ‘descolonização da imaginação imperial’ de que que falam Ngäugäi wa Thiong’o (1986), Valetin Mudimbe (1988) e Achille Mbembe (2000)” (2010: 221).

É Santos que, também, refere:

[...] a ambivalência e hibridação detectadas pelo pós-colonialismo anglo-saxónico estão, no caso do pós-colonialismo português, muito para além das representações, dos olhares, dos discursos e das práticas de enunciação. São corpos e incarnações, vivências e sobrevivências quotidianas ao longo de séculos, sustentadas por formas de reciprocidade entre o colonizador e o colonizado insuspeitáveis no espaço do Império Britânico. (Santos, 2010: 229)

Na sequência da evolução pós-colonial de Angola independente, continuou Manuel Rui a escrever, dando voz às classes populares, suas diferenças culturais e aos papéis por elas desempenhados, investindo em processos de oratura e de inscrição cultural, através duma panóplia de recursos linguísticos de elevadíssimo padrão literário.

É, agora, cidadão do mundo, mais propriamente “cidadão do Sul”, e toda a hibridéz e ambivalência da sua obra é identitária do pós-colonialismo ibérico.

O mar é, agora, reinventado, e todos nele mergulham em viagem: o eu, o tu e o nós, num regresso de “correntes que unem afetos para a descrição das coisas mais simples como a água, o amor, a paz e o sonho e sono das crianças em línguas ibéricas que, pelos istmos de água é maré boa” (Rui, 2012: 412).

É um dos possíveis caminhos e parece desejável.

“E Luanda aqui tão perto de Gijón, com mar sem lado” (Rui, 2012: 412).

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail (1981, *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec.
- CAMÕES, Luís de (1992), *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto Camões. [Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro].
- CANCLINI, Nestor G. (1990), *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidade*. México: Grijalbo.
- GRANDIS, Rita de (1997), “IncurSIONES en torno de hibridacion: Una propuesta para discusion De la mediacion linguistica de Bajtin a la mediacion simbolica de Canclini”, *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, ano 23, 46, 37-51.
- ISAACMANN, Allen F. (1979), *A Tradição da Resistência em Moçambique: o Vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Afrontamento.
- LOURENÇO, Eduardo (1999), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- MBEMBE, Achille (2000), *De la Postcolonie. Essai sur l’imagination Politique dans l’Afrique Contemporaine*. Paris: Kharthala.
- MUDIMBE, Valetin Y. (1988), *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Bloomington: Indiana University Press.
- PADILHA, Laura Cavalcante (2008), “Literatura Angolana, suas Cartografias e Seus Embates contra a Colonialidade”, in Margarida Calafate Ribeiro e Laura Padilha (orgs.), *Lendo Angola*. Porto: Afrontamento. 57-73.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos*. Porto: Afrontamento.
- RUI, Manuel (2012), *Travessia por Imagem*. Luanda: Kilombelombe.
- SAID, Edward (1994), *Culture and Imperialism*. London: Vintage.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Os Processos da Globalização”, in Boaventura de Sousa Santos (org), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002a), *Toward a New Legal Commom Sense*. Londres: Butterworths.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002b), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro. 237-280.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2009), "Para Além do Pensamento Abissal: das Linhas Globais a uma Ecologia dos Saberes", Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2010), "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento. 211-255.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João A. (2004), «Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade», in Boaventura de Sousa Santos e João A. Nunes (orgs.), *Reconhecer Para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*. Porto: Afrontamento.
- SPIVAK, Gayatri C. (1996), "How to Teach a 'Culturally Different' Book", in D. Audrey, G. MacLean (orgs.), *The Spivak Reader. Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak*. Nova Iorque/ Londres: Routledge. 237-266.
- THIONG'O, Ngũgĩ wa (1986), *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Londres: Heinemann.